



Processo nº : 10680.016221/99-28  
Recurso nº : 117.537  
Acórdão nº : 201-76.460

Recorrente : ROLLA - TECIDOS E ARMARINHOS S/A  
Recorrida : DRJ em Belo Horizonte - MG

**FINSOCIAL - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.** Os índices da atualização monetária aplicáveis na compensação de tributos administrados pela SRF são os mesmos utilizados por ela na cobrança dos seus créditos tributários. Incabível, administrativamente, o pleito de expurgos inflacionários, anteriores ou posteriores à data dos créditos pleiteados.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**ROLLA - TECIDOS E ARMARINHOS S/A.**

**ACORDAM** os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2002.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
Presidente

*Antônio Mário de Abreu Pinto*  
Antônio Mário de Abreu Pinto  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, José Roberto Vieira, Gilberto Cassuli, Márcia Rosana Pinto Martins Tuma (Suplente), Roberto Velloso (Suplente) e Rogério Gustavo Dreyer.

cl/mdc



Processo nº : 10680.016221/99-28  
Recurso nº : 117.537  
Acórdão nº : 201-76.460

Recorrente : ROLLA - TECIDOS E ARMARINHOS S/A

### RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso Voluntário com o escopo de reformar a Decisão da DRJ/BHE nº. 364, de 05 de março de 2001, que não reconheceu o pleito da Contribuinte acima identificada, em ver o seu crédito tributário ser corrigido sem nenhum expurgo inflacionário.

A questão em debate teve seu início quando a Recorrente requereu, junto à Delegacia da Receita Federal em Belo Horizonte - MG, a compensação de valores recolhidos indevidamente a título de FINSOCIAL, relativos aos pagamentos efetuados de 15/04/88 a 14/01/91, com débitos provenientes da COFINS, de IRRF e de PIS. Teve o seu requerimento deferido, em parte.

Irresignada com a decisão que não acolheu *in totum* o seu pedido inicial, apresentou, tempestivamente, peça irresignatória, alegando, em apertada síntese, que teve seu direito à compensação reconhecido, sendo que teve a correção monetária desses valores restringida, vez que foram excluídos os expurgos inflacionários, que nos respectivos cálculos estavam inclusos.

O seu pleito estava vinculado ao ganho parcial obtido no MS nº 92.01.11138-0, cuja decisão já havia sido transitada em julgado. Como já fora dito, teve seu direito creditório reconhecido, e esses valores deveriam ser corrigidos de acordo com a legislação vigente, que segundo a Recorrida não foi realizada na sua forma plena, completa.

Desta sorte, defende a tese de que é necessário que se contemple todos os expurgos inflacionários, de modo a ser refletida a real desvalorização da moeda, mesmo sem expressa previsão legal, tendo em vista que a restituição tardia e incompleta representa enriquecimento ilícito do Fisco. Com isso, termina sua irresignação, requerendo que a Autoridade Julgadora reforme a parte que não lhe foi deferida, na decisão SESIT/EQIR nº. 0791/1999, de forma que, sobre o valor dos créditos já reconhecidos, sejam incluídos os expurgos inflacionários.

Sobre a irresignação apresentada, se manifestou a DRJ/BHE no sentido de lhe negar provimento, sob a alegação de que na ação judicial não havia nenhuma referência à correção monetária, de modo que não ficou determinado o critério a ser adotado quando da correção. Além disso, todos os valores foram corrigidos de acordo com os índices estabelecidos na NE Conjunta COSIT/COSAR nº. 08/97, que determina a correção com base nos índices oficiais de inflação, e que não há qualquer previsão legal para que se adote índices superiores ao estabelecido naquela Norma de Execução. Assim, indeferiu-lhe a solicitação apresentada pela Contribuinte.

Como já esperado, a Recorrente interpôs o presente Recurso Voluntário, alegando o que já havia dito quando de sua peça irresignatória e acrescentou jurisprudência do



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.  
\_\_\_\_\_

**Processo nº : 10680.016221/99-28**  
**Recurso nº : 117.537**  
**Acórdão nº : 201-76.460**

TRF 4ª. Região, acerca do direito à correção monetária plena na compensação de que se trata, e do STJ, neste mesmo sentido.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Góes". To the left of the signature is a large, stylized, handwritten mark that looks like a combination of a signature and a date, possibly "10/01/99".



Processo nº : 10680.016221/99-28  
Recurso nº : 117.537  
Acórdão nº : 201-76.460

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
ANTÔNIO MÁRIO DE ABREU PINTO

O recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Trata-se de processo através do qual a Recorrente pleiteou e teve conhecido a seu favor direito creditório relativo a pagamentos a maior e indevidos da Contribuição ao FINSOCIAL, atualizados de acordo com a Norma de Execução Conjunta COSIT/COSAR nº 08, de 27 de junho de 1997.

A Recorrente não concorda com a atualização de seus créditos pela Norma de Execução Conjunta COSIT/COSAR nº 08 de 27 de junho de 1997, quer a atualização monetária plena, sem nenhum expurgo inflacionário e defende a tese de que seja refletida a real desvalorização da moeda, mesmo sem previsão legal, mas, lastreada na doutrina e na jurisprudência dos tribunais.

Não procede o inconformismo da Recorrente quanto aos critérios de atualização monetária utilizados pelo Fisco.

Cabe à administração utilizar os índices e critérios legalmente determinados aos quais está, inclusive, funcionalmente obrigada.

Os créditos da Recorrente foram atualizados de acordo com os índices estabelecidos na Norma de Execução Conjunta COSIT/COSAR nº 08, de 27 de junho de 1997, que determina a correção monetária dos valores a compensar com base nos índices oficiais utilizados pela Receita Federal na exigência dos créditos tributários.

Não há previsão legal para a adoção de índices superiores aos previstos na referida Norma de Execução, como pretende a Recorrente.

Como bem lembrou a decisão recorrida, a Secretaria da Receita Federal aplica a paridade de critério — os parâmetros utilizados para correção de seus débitos devem ser integralmente os utilizados para a correção dos créditos a compensar.

Aliás é pacífica a jurisprudência desta Egrégia Primeira Câmara, do Segundo Conselho de Contribuintes, que na compensação do FINSOCIAL recolhido indevidamente, a atualização monetária é efetuada com base na NE/SRF/COSIT/COSAR nº 08, de 27/06/97, bem como que a via administrativa é inadequada se requerer expurgos inflacionários.

Em face do exposto, não merece reforma a decisão recorrida, portanto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2002.

ANTÔNIO MÁRIO DE ABREU PINTO